



O vade-mécum verde: políticas de tecnologias da informação e comunicação na era FHC¹

Juliano Maurício de Carvalho²
Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Resumo

A introdução das tecnologias de informação e comunicação (TIC) modernas, em especial a Internet, se configurou na chamada “Sociedade da Informação”, em que a unidade informacional se tornou um bem intimamente ligado aos meios de produção. Partindo da análise do *Livro Verde* do programa SocInfo, publicado em 2000 pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, este trabalho busca compreender as ações do Estado na introdução do país na “Sociedade da Informação”. A pesquisa buscar interpretar a ação dos atores públicos na formulação da política pública que define os objetivos estratégicos e metas do Brasil para a área das TIC e a inclusão do país no novo contexto de informação digital, no período de 2000 a 2003.

Palavras-chave: Sociedade da Informação. Livro Verde. Inclusão digital. Tecnologias da informação e comunicação. Cidadania digital.

Introdução

O início do século XXI é marcado por uma crise de legitimidade dos instrumentos de crítica e análise da sociedade contemporânea. O Brasil, com seus mais de 178 milhões de habitantes (IBGE, 2000), e o planeta, com os mais de 6 bilhões de cidadãos, são parte de uma profunda incapacidade de fazer frente aos desafios colocados pelo estágio atual da globalização, da insegurança mundial, do acirramento da violência, do alargamento da pobreza.

Em meio a esse cenário de incertezas, sob a ausência de modelos explicativos complexos e formas de atuação da sociedade organizada, o Brasil dá início ao debate sobre a sua inserção no universo da “Sociedade do Conhecimento”, da informação, das tecnologias da informação e comunicação (TIC).

O marco regulatório é o lançamento em 2000 do Programa Sociedade da Informação (SocInfo), batizado de “Livro Verde”³ ou LV. É um documento com 203 páginas, organizado pelo *expert* em tecnologia Tadao Takahashi e viabilizado com apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Fernando Henrique Cardoso, por meio do auxílio de mais de 300 pesquisadores e estudiosos da área.

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Políticas e Estratégias da Comunicação.

² Professor e vice-coordenador do curso de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru (FAAC), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Líder do grupo de pesquisa “Gestão e Políticas de Comunicação” (Unesp). Jornalista graduado pela PUC-Campinas, mestre em Ciência Política pela Unicamp e doutor em Comunicação Social pela Unesp. Correio eletrônico: juliano@faac.unesp.br.

³ Utilizaremos ao longo do texto a sigla LV quando nos referirmos ao *Livro Verde*.



É a partir do olhar proposto pelo *Livro Verde* e pelas políticas públicas de inclusão do país na “Sociedade da Informação” (SI) que situamos a reflexão proposta nesta pesquisa. Com um atraso de cinco anos com relação à Europa e aos EUA, o Brasil busca consolidar, formalizar e, quiçá, legitimar uma política de desenvolvimento e fomento à organização do Estado, da iniciativa privada e do Terceiro Setor na área das tecnologias da informação e comunicação, passando pela natureza social, política, econômica e cultural que o debate requer.

A elaboração do Programa Sociedade da Informação (SocInfo) busca estabelecer critérios para fomento e utilização das TIC⁴ e sua integração na vida social. O Programa desenha uma realidade tecnológica brasileira e pretende definir eixos para a relação entre tecnologia e educação, convergência tecnológica e identidade nacional, produção de conteúdo e memória (acervo).

Ao diagnosticar a realidade cultural, política, social e econômica do emprego das tecnologias no país e estabelecer condições para avanço, modernização e opções estratégicas em médio e longo prazos nessas áreas, os atores envolvidos na formulação do Programa fazem escolhas e geram um conteúdo que deve ser compreendido e interpretado.

Nesse contexto se inserem as finalidades deste estudo: descrever e interpretar o Programa para a Sociedade da Informação no Brasil (*Livro Verde*), a partir de um recorte histórico que tem início na década de 1960 e finda em 2004. Os objetivos do estudo centram-se em: a) descrever a formulação do *Livro Verde*; b) compreender as intenções explícitas e implícitas das políticas públicas no país para a “Sociedade da Informação”; c) demonstrar as iniciativas estatais e privadas que mantenham relação de afirmação ou negação das metas e estratégias adotadas pelo Programa; d) verificar em que medida as iniciativas de inclusão digital gestadas no *Livro Verde* podem contribuir para a ampliação da cidadania.

A variável que buscamos explicitar é a relação entre a proposta do LV e a ampliação da cidadania em termos das ações governamentais e não-governamentais de inclusão digital. Insere-se aqui a premissa de que a ação dos atores públicos e privados produz arranjos, em alguns momentos na formulação, em outros na implementação das políticas públicas, que colocam em dúvida a natureza pública dessas políticas.

A sociedade da informação

A história da “Sociedade da Informação” confunde-se ora com a história da sociedade contemporânea, ora com a história da revolução da tecnologia da informação, ora com a história

⁴ Tecnologias da informação e comunicação utilizadas para tratamento, organização e disseminação de informações; pode-se também utilizar a sigla TICs ou TIC.



da “sociedade do conhecimento”⁵. O que há de comum nelas é a convergência de elementos definidores de uma nova relação homem, máquina e conhecimento.

A relação do homem com a técnica e a tecnologia sofre profundas alterações ao longo do século XX, motivada pelas duas guerras mundiais, pela industrialização do Ocidente e em razão da importância que a humanidade tem dado, especialmente nos últimos 50 anos, à preservação e transmissão do conhecimento.

Mattelart (2002, p. 7) orienta que “a noção de sociedade global da informação é resultado de uma construção geopolítica”. O projeto “sociedade da informação” e seus desdobramentos institucionais em programas e projetos atende a uma lógica de reorganização da estratégia política e econômica dos países centrais, especialmente dos EUA.

O surgimento do termo “Sociedade da Informação” deu-se na década de 1970, especialmente no Japão e nos EUA, no âmbito de discussões sobre o que seria a “sociedade pós-industrial” e quais seriam suas principais características (TAKAHASHI, 2002, p. 2). Naquele momento, os formuladores de políticas perceberam que a informação estava desempenhando um papel cada vez mais importante, não apenas em setores econômicos, mas também na vida social, cultural e política.

O desafio da Sociedade da Informação

O desafio do Estado na “Sociedade da Informação” é aproximar o cidadão que pode estar à margem assistindo, desplugado, ao emergir de um momento ímpar, em que é possível desfrutar um tamanho mar de conhecimento. O impulso da “sociedade” está em criar mecanismos de aproximação e consolidação dos participantes dessa nova sociedade. Uma das faces da discussão da SI em diversos países é a criação de políticas para minimizar a exclusão dos milhares de habitantes do planeta que não têm acesso a essa tecnologia.

As razões são as mais diversas possíveis. A falta de recursos de muitos países do chamado Terceiro Mundo, as desigualdades sociais geradas pelos países centrais, a falta de alfabetização e a alfabetização precária são pontos que levam a sociedade global a se preocupar com o avanço das TIC e criar programas mundiais que busquem alternativas para a diminuição das diferenças existentes atualmente, de modo a essas diferenças não serem ampliadas em razão da utilização das tecnologias.

⁵ Há pelo menos 18 rótulos para designar tal período/movimento: Terceira Revolução Industrial; Revolução técnico-científica; Revolução informacional; Sociedade pós-capitalista; Sociedade pós-industrial; Sociedade pós-fordista; Segundo divisor de águas industrial; Sociedade pós-salarial; Sociedade tecnológica; Sociedade informática; Sociedade em rede; Capitalismo desorganizado; Capitalismo patrimonial; Capitalismo cognitivo; Nova economia; Economia da informação; Economia digital; Era do acesso (BRAGA, 2004).



Com o objetivo de reduzir a exclusão digital ou brecha digital (*digital divide*, *digital exclusion*, *digital gap*), o Programa Sociedade da Informação (SocInfo) busca uma estruturação de vários setores, numa integração entre **sociedade civil, governo e iniciativa privada, organismos nacionais e internacionais**⁶. Com o advento da Internet, surgiu a necessidade de criar políticas e estudos que pensassem e previssem situações.

Nesse sentido, todo o estudo que culminou com a compilação *Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde* traz em seu início os indícios dos objetivos do projeto:

O caminho rumo à sociedade da informação é repleto de desafios em todos os países. Contudo, em cada um, o desafio reflete uma combinação singular de oportunidades e de riscos. Todos os países caminham, voluntária ou involuntariamente, rumo à sociedade da informação. Compete a cada um encontrar sua rota e suas prioridades. (TAKAHASHI, 2000, p. 6)

Essa visão está clara na introdução da versão brasileira, ao apontar-se os três grandes fenômenos que estariam na origem das mudanças que ora se processam na sociedade: a convergência da base tecnológica, a dinâmica da indústria e o crescimento da Internet. Destes, a Internet, por exemplo, mostrou-se absolutamente imprevisível. De 1991 a 1998, a conectividade internacional fez com que a rede se espalhasse por praticamente todos os países do mundo.

Em contrapartida, instituições de caráter público governamentais e não-governamentais, em todas as áreas, são chamadas a operar na Internet conteúdos relacionados direta e indiretamente com o fortalecimento da presença e integração do Brasil no concerto das nações. Os temas predominantes são a governança, o aperfeiçoamento da democracia e da equidade social, a cidadania, a preservação e o desenvolvimento de nossa cultura e história, o desenvolvimento econômico, a proteção ao meio ambiente, o fomento à pesquisa científica nacional e a ampla comunicação dos seus resultados, a melhoria da saúde, da educação e, em geral, da qualidade de vida e cidadania dos brasileiros.

O Livro Verde brasileiro: um programa do Brasil?

A pergunta em tom de provocação é uma das inúmeras sem resposta ao se observar a elaboração e o conteúdo do Programa Brasileiro para a Sociedade da Informação, o *Livro Verde*⁷.

A forma como foi construído o documento que se tornou a política pública mais importante do início desta década para a área de tecnologia, informática e comunicações no Brasil mostra que o programa fora elaborado por “encomenda” e às pressas.

Por encomenda de quem? O Brasil estava atrasado com relação a diversos países em

⁶ Grifo do autor.

⁷ O nome *Livro Verde* é utilizado em vários países para batizar documentos introdutórios, propostas iniciais, projetos de fomento.



desenvolvimento, para não mencionar os desenvolvidos, na definição de objetivos, estratégias e metas para seu ingresso na “Sociedade da Informação” global. Era preciso criar um ordenamento para o crescimento e a forma de uso das tecnologias no mercado interno, ao mesmo tempo em que havia uma pressão internacional para a explicitação de regras para parcerias com outros países, especialmente para assegurar garantias de investimento de empresas da área de informática.

Sinteticamente, posso inferir que o Programa não foi elaborado para o Brasil. Duas constatações guiam meu raciocínio: a implementação do Programa e a participação social na formulação. Explico melhor: a partir da elaboração do *Livro Verde*, gerou-se uma expectativa sobre sua implementação por dois atores centrais: o Estado e a iniciativa privada. Conforme o próprio depoimento dos formuladores do *Livro Verde*, a implantação da política, como em outros países, estaria assegurada por um conjunto de metas e investimentos denominado *Livro Branco*.

Por parte do Governo Fernando Henrique Cardoso, que criou o grupo de elaboração do Programa e publicou o documento, houve pouco avanço na implantação das ações operacionais desse Programa. O Governo Luis Inácio Lula da Silva reduziu as opções estratégicas do *Livro Verde* para áreas de atuação do governo na Internet (e-gov).

O investimento privado deve ocorrer na montagem de infra-estrutura, mas ainda é tímido pois, nos termos do próprio Livro Verde, ele deve acontecer em parceria com o Estado. Sem contrapartidas estatais, é difícil obter um forte investimento nessa infra-estrutura. Isso sem mencionar a produção de conteúdo para as redes, de vital importância à disseminação do Programa para a educação.

Outro aspecto crítico do *Livro Verde* foi a forma de acesso da população à sua elaboração. Notadamente, técnicos, pesquisadores, especialistas do governo e de empresas foram convidados para os grupos de trabalho. Não houve, contudo, um debate amplo com a sociedade por meio de consultas ou audiências públicas. Reduziu-se, dessa forma, a possibilidade de diálogo e participação do cidadão na definição estratégica do país sobre uma política essencial para o desenvolvimento do amplo acesso à rede.

O Livro Verde brasileiro

Livro Verde é a denominação de um (ou vários) documento produzido com a intenção de pensar, fomentar e acelerar a implantação da “Sociedade da Informação”. Em diversos países, aparece com o mesmo nome e traz estudos, análises, perspectivas e previsões de pesquisadores, governo e sociedade: Estados Unidos, União Européia, Japão e diversos outros lançaram seus respectivos livros verdes. No Brasil, foi lançado pela Presidência da República, com o Decreto n. 3.294/99.



Sua coordenação esteve a cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e seu detalhamento foi confiado a um Grupo de Implantação, composto por representantes de governo, setor privado, comunidade acadêmica e Terceiro Setor (Livro Verde, 2000, p. 12).

O Livro Verde lançado em setembro de 2000 com o título *Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde*, tendo como organizador Tadao Takahashi⁸, então coordenador-geral do programa Sociedade da Informação (SocInfo). Na página iii do LV, exibem-se traços da idéia central do que está para se apresentar ao citar, em verde, uma frase do célebre Gilberto Freire: “[...] nunca [...] plenamente maduro, nem nas idéias nem no estilo, mas sempre verde, incompleto, experimental” (TAKAHASHI, 2000, p. iii), com a intenção de mostrar que o trabalho é fruto de discussões, de análises e de pesquisas sobre um assunto ainda não maduro, tanto no Brasil quanto em outros países: os caminhos para a implantação da “Sociedade da Informação”.

Na apresentação do LV, o embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, então ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, pondera sobre o eixo estruturador da política pública nacional com relação à preocupação do Estado brasileiro em inserir-se na “Sociedade da Informação” por meio da mediação das tecnologias e da superação de desigualdades em nível social, econômico e cultural.

“No Brasil, governo e sociedade devem andar juntos para assegurar a perspectiva de que seus benefícios efetivamente alcancem a todos os brasileiros” (TAKAHASHI, 2000, p. v); eis o sinal de que o Livro Verde brasileiro propõe uma parceria tríplice entre órgãos oficiais, sociedade civil e empresas. A “Sociedade da Informação” torna-se, então, a força motriz e o objeto estratégico de investimento e estudos para que o Estado ganhe agilidade, mobilidade, competitividade e visibilidade.

A motivação do LV brasileiro é percebida nas palavras do ministro quando este afirma que o livro se enquadra no programa de governo “Avança Brasil”⁹: ‘O Programa Sociedade da Informação’, que resulta de trabalho iniciado em 1996 pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia” (TAKAHASHI, 2000, p. v). Mais do que um conjunto de políticas com interesses na implantação da SI no país, cabe ressaltar a utilização do LV como uma tentativa de manter o governo atualizado com relação às discussões mundiais.

⁸ Tadao Takahashi foi um dos articuladores da implantação da Internet no Brasil. Inicialmente, atuou como coordenador da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), foi depois o coordenador-geral do Programa Sociedade da Informação do Ministério da Ciência e Tecnologia, no Governo Fernando Henrique Cardoso, e também foi coordenador do Projeto UNL Brasil.

⁹ “Avança Brasil” foi o nome popular dado ao Plano Plurianual do governo federal no período 2000-2003. Inserido nesse Plano está o Programa Sociedade da Informação. “O Plano Plurianual é o principal instrumento de planejamento de médio prazo das ações do Governo brasileiro, conforme determina a Constituição. Para o período 2000-2003, o plano apresentado pelo Governo ao Congresso, que recebeu o nome de “Avança Brasil”, trouxe mudanças de grande impacto no sistema de planejamento e orçamento federais. Foi adotado um novo conceito de programa, segundo o qual as ações e os recursos do Governo são organizados de acordo com os objetivos a serem atingidos. Coerente com o Plano de Estabilização Fiscal, a quantificação dos programas e suas ações foi baseada na previsão de recursos fiscais para o período”; disponível em: <<http://www.abrasil.gov.br/anexos/anexos2/index.htm>>.



Embora as discussões apresentadas fossem realizadas com interesses legítimos, percebeu-se uma falta de solidez, profundidade e subsídios científicos nessas discussões. O que parecia um estudo sério, muito bem articulado para mostrar que o país caminhava lado a lado com países desenvolvidos, apresentou no passo seguinte (o *Livro Branco*) indícios de que o uso desse estudo foi político e aparente, sem intenções de produzir alterações na raiz da sociedade.

Assim, o ministro anuncia que surgiu “o *Livro Verde*, que contém as metas de implantação do Programa Sociedade da Informação e constitui uma súmula consolidada de possíveis aplicações de Tecnologias da Informação”, e finaliza que, com isso, “será possível abrir caminho para a definição das linhas políticas e ações estratégicas que serão implementadas” (TAKAHASHI, 2000, p. v).

A primeira fase do LV, denominada fase de implantação, foi planejada para ser executada durante todo o ano 2000 e consistia na elaboração do *Livro Verde*, visto como “uma primeira proposta detalhada do Programa” (TAKAHASHI, 2000, p. 12). O prazo final para tal projeto era agosto (2000) e, dali até outubro, o objetivo era realizar uma consulta à sociedade para divulgação e debate das idéias do LV. O *Livro Branco* viria depois, com o objetivo de consolidar um “plano definitivo de atividades para o Programa” (TAKAHASHI, 2000, p. 12), após colher as idéias e opiniões no processo anterior, tendo como prazo novembro de 2000.

Após essa primeira fase, estava previsto um processo denominado “fase de execução”, que compreenderia o período de 2001 a 2003. O processo seria composto de uma “etapa de decolagem”, na qual as ações mais importantes e decisivas do *Livro Verde* seriam executadas por meio de contratações, editais, parcerias e uma série de ações práticas. Depois disso, viria a “etapa de operação em regime”, entre julho de 2001 e junho de 2003, com ações novas e um acompanhamento das que estavam em curso. A última etapa prevista era a “consolidação”, que deveria ser executada de julho a dezembro de 2003, quando seria realizada uma avaliação geral do Programa e a elaboração de um conjunto de propostas para o ano de 2004, de acordo com os resultados alcançados.

A proposta do cronograma do Programa vai, então, de agosto de 2000 até uma retomada de fôlego em 2004. Seriam os três primeiros anos de planejamento, publicação e análise de resultados do *Livro Verde*, a ação mestra do governo para assentar a “sociedade da informação” no Brasil.

Os recursos para o primeiro período (2000-2003) deveriam estar no Plano Plurianual do governo federal para o Ministério da Ciência e Tecnologia e a previsão era de um total de R\$ 3,4 bilhões (TAKAHASHI, 2000, p. 12), por meio de investimentos a fundo perdido, linhas de crédito e incentivos. A previsão era de que apenas 15% viriam do Tesouro Nacional e o restante, do setor



privado. O período 2001-2005 deveria contar com recursos destinados pelo Fundo de Informática, da ordem de R\$ 1,19 bilhão e mais R\$ 880 milhões do Fundo de Telecomunicações. A previsão do *Livro Verde* é de que até 2005 “o conjunto dos Fundos Setoriais esteja arrecadando receita da ordem de R\$ 5,8 bilhões a serem aplicados em iniciativas diversas de capacitação tecnológica” (TAKAHASHI, 2000, p. 12).

Por outro lado, considerando que o Programa Sociedade da Informação é articulador e indutor de iniciativas intergovernamentais que tenham por base as Tecnologias da Informação, pode-se considerar a possibilidade de ampliação dos recursos do Tesouro Nacional para o Programa com a integração com outros programas relacionados a aplicações e usos das tecnologias de informação, contemplados no Plano Plurianual de Investimentos do Governo Federal (PPA) (TAKAHASHI, 2000, p. 12).

Estava prevista, também, a obtenção de recursos oriundos de Fundos Setoriais para investimento em pesquisa, ampliação e recuperação de laboratórios de universidades e institutos públicos de pesquisa. A estrutura gestora proposta e apresentada no Programa Sociedade da Informação era composta de um Conselho, que deveria ser constituído por representantes de entidades de governo, da indústria, da comunidade acadêmica e da sociedade; uma Coordenação Executiva apoiada por um Núcleo de Suporte; um Comitê de Gestão/Execução Interna que agregaria os diretores de unidades e agências do MCT.

A condução geral dos trabalhos, como mencionado, ficou sob a tutela de Tadao Takahashi. O Grupo de Implantação do Programa Sociedade da Informação foi composto por 23 pessoas. Foram formados, também, 12 grupos temáticos com seus respectivos coordenadores. O convite aos membros do Grupo de Implantação foi formalizado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em maio de 1999. Em agosto de 1999, foi oficialmente composto o Grupo de Implantação e, em 15 de dezembro do mesmo ano, o Programa foi lançado pela Presidência da República. As reuniões dos GTs foram iniciadas em janeiro de 2000.

No final da reflexão do Grupo de Implantação, é ressaltado que o documento brasileiro tem duas características determinantes, o que, na visão do grupo, representa um diferencial com relação aos programas similares de outros países. A primeira é a abrangência da proposta, que engloba todos os aspectos considerados relevantes para a “Sociedade da Informação” no Brasil, de pesquisa e desenvolvimento (P&D) às aplicações, do setor governamental ao setor privado, de tecnologias avançadas e de impacto social. A segunda é o detalhamento do documento, que “tenta chegar até o nível de ações concretas, visando a enriquecer as discussões subsequentes para a consolidação de um plano final no *Livro Branco*” (TAKAHASHI, 2000, p. xv).

Em sua elaboração o Grupo de Implantação, bem como os GTs, faz uso do referencial do plano estratégico para desenhar o cenário dos 8 (oito) capítulos/temas. A metodologia privilegia a



realização de um diagnóstico de cada tema, um prognóstico e ações que o Estado e os setores envolvidos deveriam gerir para implementação das propostas.

Um elemento condicionante do *Livro Verde* é a forma de escolha dos profissionais, pesquisadores para a elaboração do texto. Evidencia-se que houve orientação para um grupo tecnicista, com formação e visão na “Sociedade da Informação”, voltada a um pragmatismo tecnológico. A ausência de outros segmentos da sociedade, bem como dos espaços públicos de debate, foi notada na metodologia do *Livro Verde*.

Da inclusão social para a inclusão digital

A proposta central do *Livro Verde* é a inclusão digital, seja por meio da oportunidade gerada com o mercado das tecnologias ou para a educação, utilizando as tecnologias da informação e comunicação (TIC) como meio. De qualquer ângulo, a tarefa é criar condições para que o ingresso na “Sociedade da Informação” seja capaz de reduzir as diferenças sociais que, atualmente, são agravadas pelo emprego dessas tecnologias.

A falta de conhecimento e manuseio da tecnologia pode aumentar o abismo entre os pobres e os ricos, pois, das atividades desenvolvidas no dia-a-dia do cidadão, principalmente no trabalho, boa parte delas exige um conhecimento tecnológico básico, seja para operar uma máquina, seja para produzir uma planilha de dados. Ao se preocupar com a exclusão, vale a pena ressaltar que, segundo RANGEL,

[...] é certo que existem muitas pessoas sem acesso a microcomputadores e à Internet, mas não podemos ficar restritos a essa constatação. [...] Na verdade, a única inclusão ou exclusão que existe é a social – de conhecimento, informação, gênero, raça, justiça e cidadania. (2003)

A infoexclusão dá-se ao excluir pessoas dos sistemas informáticos, independentemente dos recursos utilizados. Quando se trata da exclusão gerada pela Internet e pelos sistemas computacionais digitais, é utilizada a expressão “exclusão digital”, ou o seu inverso para designar a entrada desses usuários na rede: “a inclusão digital”. Na inclusão digital, são priorizadas tão-somente as condições de acesso à Internet, desprezando o vasto contingente que frequenta a rede e dela não usufrui de maneira potencial.

Segundo Rangel (2003), coordenador executivo da ONG Sociedade Digital (Socid)¹⁰, a inclusão digital deve ir muito além da capacitação e da participação da sociedade nesse processo, para

¹⁰ Socid é “uma ONG especializada em Tecnologia da Informação (TI) [que] surgiu por causa do crescente número de pessoas excluídas digitalmente no Brasil (...). O principal objetivo é democratizar o acesso aos meios digitais de informação, com prioridade para os segmentos sociais discriminados e menos favorecidos, levando as ferramentas da Tecnologia da Informação às organizações da sociedade civil para o combate à exclusão digital”. Para saber mais: <<http://www.socid.org.br>>.

que somente assim possamos ter uma inclusão digital de fato; somado a isso, o Estado tem papel fundamental, por meio de políticas públicas que garantam a todo brasileiro o acesso às TIC e formas de capacitação necessária para que seja possível a utilização das tecnologias. Para ele

[...] inclusão digital não é premiação com equipamentos de informática, linhas de crédito ou Internet grátis. É tudo isso e muito mais. [...] É tornar o indivíduo capaz de se desenvolver, de buscar informações e de transformar a sua realidade, interferindo com qualidade nos espaços democráticos existentes, ou mesmo sendo capaz de criar novos espaços para o desenvolvimento da justiça, da paz e da igualdade.

Inclusão digital é a entrada do cidadão na rede, de forma a utilizá-la de maneira consciente. É a atividade que o informa, de modo a fazê-lo ver a rede e as informações disponíveis nela de maneira crítica, algo que o simples acesso à informação não faz.

A discussão feita pelas ONGs e pelas entidades voltadas ao tema “inclusão digital” é a da viabilização do meio, ou seja, a democratização da Internet, utilizando o espaço público virtual para diminuir as desigualdades sociais, fazendo com que a grande rede abra espaço para a publicação dos conteúdos e o acesso a todos os cidadãos em qualquer parte do globo.

Essa preocupação existe justamente para que a maioria da população, que não tem condições financeiras, educacionais e estruturais, possa se beneficiar com as possibilidades oferecidas pela rede. Segundo Silveira (2001, p. 18),

[...] a exclusão digital ocorre ao se privar as pessoas de três instrumentos básicos: o computador, a linha telefônica e o provedor de acesso. O resultado disso é o analfabetismo digital, a pobreza e a lentidão comunicativa, o isolamento e o impedimento do exercício da inteligência coletiva.

A discussão em torno da inclusão digital tem várias faces, como a falta de acesso, a falta de oportunidade, a da usabilidade, entre outras. A mais trabalhada é a do acesso, da conectividade. O excluído digital, ou infoexcluído, é aquele cidadão que não participa da rede, não desfruta dos seus benefícios e não conhece a sua potencialidade. Estaríamos, assim, vivendo um momento de *apartheid digital*¹¹.

Os desafios da inclusão são políticos, culturais, econômicos e sociais e atingem boa parte da população marginalizada no universo digital. Estar conectado pode garantir ao indivíduo uma dada cidadania, que aqui chamaremos de *on-line*, pois permite ao usuário utilizar serviços como banco, correios, lista telefônica e tantos outros, pesquisa de conteúdo, educação, informação e muitas outras “facilidades” que, se agrupadas, auxiliam a pessoa em tarefas simples do cotidiano. Outro fator importante é que para quem está conectado “a navegação estimula a criatividade, permite realizar pesquisas sobre inúmeros temas e encontrar com maior velocidade o resultado

¹¹ A expressão *apartheid digital* é utilizada por SILVEIRA (2001) para comparar o momento vivido da exclusão digital com o do *apartheid* na África do Sul.

de sua busca” (SILVEIRA, 2001, p. 17).

Há muitas informações oferecidas pela rede para beneficiar o cidadão. Poderíamos utilizar também o argumento de que a rede possibilita a agilidade pois, por meio de serviços *on-line*, é possível ter uma economia de tempo, justamente pelo fato de não haver necessidade de ir até o espaço físico do banco/escritório do órgão a ser consultado. Segundo o *Livro Verde*,

[...] tem sido importante a criação de conteúdos que facilitem a vida do cidadão [...]. Há um vasto conjunto de informações relacionadas ao cotidiano das pessoas cuja disponibilidade seria um grande facilitador na interação entre o cidadão e o Estado, com efeitos impactantes na qualidade do serviço prestado (TAKAHASHI, 2000, p. 33).

Com a inserção do cidadão nesse emaranhado de informações, incluindo conselhos sobre como é possível utilizar de maneira inteligente a rede, avançaríamos no uso das TIC, fazendo, assim, com que elas se tornem parte do cotidiano das pessoas, como ocorre com a televisão e o rádio. Na apresentação do *Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil*, é dada a pista de como a inclusão digital é vista pelo Estado:

Na era da Internet, o Governo deve promover a universalização do acesso e o uso crescente dos meios eletrônicos de informação para gerar uma administração eficiente e transparente em todos os níveis. **A criação e manutenção de serviços equitativos e universais de atendimento ao cidadão contam-se em iniciativas prioritárias da ação pública.** Ao mesmo tempo, cabe ao sistema político promover políticas de inclusão social, para que o salto tecnológico tenha paralelo quantitativo e qualitativo nas dimensões humana, ética e econômica. A chamada “alfabetização digital” é elemento-chave nesse quadro (TAKAHASHI, 2000, p. 5).

As limitações são muitas: domínio das tecnologias, aculturamento em torno das TIC, barreiras educacionais, etc. Não é um simples treinamento o que fará com que a população seja capaz de utilizar as TIC.

A inclusão digital deve favorecer a apropriação da tecnologia de forma consciente, de modo a tornar o indivíduo capaz de decidir quando, como e para que utilizá-la. Do ponto de vista de uma comunidade, a inclusão digital significa aplicar as tecnologias a processos que contribuam para o fortalecimento de suas atividades econômicas, de sua capacidade de organização, do nível educacional e da auto-estima de seus integrantes, de sua comunicação com outros grupos, de suas entidades e serviços locais e de sua qualidade de vida.

Iniciativas de promoção da inclusão estariam, então, diretamente relacionadas à motivação e à capacidade para a utilização das TIC de forma crítica e empreendedora, objetivando o desenvolvimento pessoal e comunitário. A idéia é que, apropriando-se desses novos conhecimentos e ferramentas, os indivíduos possam desenvolver uma consciência histórica, política e ética, associada a uma ação cidadã e de transformação social, ao mesmo tempo em que se qualificam profissionalmente.

Doar computadores, periféricos e recursos financeiros, prover a conectividade e encorajar o voluntariado interno são apenas algumas formas de promover a inclusão digital como ação de responsabilidade social. Incentivar a produção e a troca de conhecimento nas comunidades localizadas na área de entorno da empresa; fornecer dicas profissionais, compartilhar experiências, elaborar projetos em conjunto; incentivar e influenciar a busca de auto-sustentabilidade das comunidades; incentivar o empreendedorismo e fornecer apoio tecnológico também são, hoje, valiosas ações corporativas que contribuem para a prática da responsabilidade social, favorecendo a inclusão digital e, conseqüentemente, a social.

O Brasil está vivendo um processo de informatização simultâneo à Internet, o que faz com que esse acultramento seja ainda uma barreira. Usar o computador (*desktop*) não é o mesmo que manusear com habilidade a Internet e todas as ferramentas do espaço público virtual.

Para Lèvy (2001, p. 33) “precisamos olhar o mundo de hoje com os olhos do mundo de amanhã, não com os de ontem [...] os olhos de amanhã são os olhos planetários. As fronteiras são as ruínas, ainda de pé, de um mundo em revolução”. Precisamos olhar o mundo com os olhos da equidade, sem distinção de cor, raça, sexo ou condição social, afinal esse é o princípio da igualdade garantido a todos os que são considerados cidadãos na sociedade atual.

Considerações Finais

O estudo do Programa Sociedade da Informação no Brasil (SocInfo) revela que a introdução do Brasil na “Sociedade da Informação” vem ocorrendo de forma lenta e com muitas dificuldades. Dois problemas aparecem como centrais: o econômico e o educacional. A baixa renda *per capita* e a falta de habilidade técnica em informática são fatores determinantes para a não-consolidação do Programa. Esse diagnóstico aparece timidamente na análise do *Livro Verde*, mas consubstancia-se na observação dos programas de inclusão social/digital gestados no país.

A penetrabilidade da infra-estrutura de telecomunicações, provedores e acesso à Internet e o oferecimento das TIC em médias e grandes cidades não reverterá a exclusão digital em curto prazo. Ocorre, porém, que os investimentos em universalização das telecomunicações, como o Fust, carecem de debate público, e, quando este ocorreu, não tem sido acompanhado de ações. Em outras palavras, há orçamento, mas não há execução orçamentária.

Essa leitura pode sugerir uma questão de gestão sazonal, mas os documentos e depoimentos dos atores demonstram que o *Livro Branco* não foi implementado nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Houve investimentos pontuais em programas ministeriais, notadamente na Educação e na Saúde, e fomentos em parcerias ou renúncias fiscais para programas empresariais e do Terceiro Setor. A presença do governo na “Sociedade da



Informação” pós-LV tem ocorrido mais em função de ações de e-gov (publicidade governamental na Internet) do que da implementação da política integradora de projetos estatais e não estatais prevista no LV.

Identificamos, assim, o atendimento parcial das metas previstas pelo Programa Sociedade da Informação (SocInfo), em decorrência do investimento e da priorização dos setores produtivos e filantrópicos, orientados por interesses que vão do estímulo ao consumo das TIC ao uso dos projetos de inclusão digital como marketing social.

O que denominamos por apropriação crítica deve ser a espinha dorsal de qualquer iniciativa que pretenda, definitivamente, erradicar a exclusão digital. Os projetos de governança na Internet e as ações empresariais e do Terceiro Setor devem estar condicionados a essa apropriação consciente da tecnologia. O que observamos, no entanto, é um discurso bem estruturado nessa direção, mas ações que visam apenas a treinamento/manipulação das TIC.

O Programa Sociedade da Informação, sob vários aspectos, não tem levado à ampliação da cidadania ou à instauração de uma cidadania digital. Apesar de diagnosticar as causas do atraso tecnológico e as carências para a inclusão digital, em termos culturais e sociais, o programa não contou com a participação e conseqüente sensibilização da sociedade, inclusive com a da representação parlamentar no Congresso Nacional, dificultando assim a disseminação de suas ações e o comprometimento do cidadão.

O Programa foi elaborado para criar condições para um ambiente regulatório das TIC com vistas aos investimentos privados internos e externos; é um desdobramento das políticas de telecomunicações no período pós-privatização.

Há muito por fazer para que tenhamos uma “Sociedade da Informação” no Brasil. Como já expressamos, a SI tem em si um potencial de contradição: valoriza o fator humano no processo produtivo, ao transformar o conhecimento e a informação em capital, mas, simultaneamente, desqualifica os novos “analfabetos” das tecnologias da informação, o que pode dar origem a uma nova classe de excluídos.

Referências

AMARAL, Roberto. **Abertura do Seminário Internacional Sociedade da Informação**. Rio de Janeiro, jun. 2003.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo, Cultrix, 1973.

BRAGA, Ruy Gomes. **Metamorfoses do capitalismo contemporâneo**: da sociedade pós-industrial à sociedade pós-fordista. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FFLCH-USP, 2004.



BRASIL. **Lei n. 10.176**, de 11 de janeiro de 2001. Altera a Lei n. 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei n. 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o Decreto-Lei n. 288, de 28 de fevereiro de 1967, dispondo sobre a capacitação e a competitividade do setor de tecnologia da informação. Diário Oficial da União. 2001.

BRASIL. **Portaria n. 148**, de 31 de maio de 1995. Uso de Meios da Rede Pública de Telecomunicações para acesso à Internet. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/Biblioteca/Legislação/PortariasNormas/normas/Norma_004_95.html>. Acesso em: 14 jun. 2003.

BRASIL. **Plano Plurianual**. Ministério do Planejamento. Disponível em <<http://www.abrasil.gov.br/anexos/anexos2/index.htm>>. Acesso em: 15 out. 2003.

BRASIL. **Lei 9.998**, de 17 de agosto de 2000. Cria o FUST (Fundo para Universalização dos Serviços de Telecomunicações). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9998.htm. Acesso em: 13 nov. 2003.

CARDOSO, Maurício. **Projeto Cidadania Digital será ampliado no Rio**. Ministério das Ciências e Tecnologias. Brasília: janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br>>. Acesso em: jun. 2002.

CARVALHO, Murilo de. **A cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Interesses contra a cidadania. Extraído de: **Brasileiro: Cidadão?** São Paulo: Cultura Editores Associados, 1997. p. 89-123.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 4ª. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2000.

DA MATTA, Roberto Um indivíduo sem rosto. Extraído de: **Brasileiro: Cidadão?**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1997.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. Ambivalência da sociedade da informação. Revista **Ciência da Informação – IBICT**. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, mai./ago. 2000.

LÈVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência – o futuro do pensamento na era da informática**. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999. 264p.

_____. **A conexão planetária – o mercado, o ciberespaço, a consciência**. São Paulo: Editora 34, 2001.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Livro Branco – Ciência, Tecnologia e Inovação**. Rio de Janeiro: Ministério da Ciência e Tecnologia, jun. 2002.

MORAES, Dênis de. **O concreto e o virtual – mídia, cultura e tecnologia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. **Sala de Prensa**. Disponível em: <<http://www.saladeprensa.org/art156.htm>>. Acesso em: jun. 2006.

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.



_____. **Os Sete Saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez/Ed. Unesco, 2000.

PRIMO, Alex Fernando Teixeira. Interação Mútua e Interação reativa: uma proposta de estudo. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 21, 1998, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife, Intercom, 1998. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/xxi-ci/gt10/GT1004.PDF>>. Acesso em: 24 nov. 2003.

RANGEL, Alexandre M. **O Brasil precisa é de inclusão social**. IBASE. Disponível em: <<http://www.ibase.org.br/pubibase/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2004.

_____. Exclusão Cefálica. **SETE PONTOS**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, mai. 2003. Disponível em <<http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/1/cefalica.htm>>. Acesso em: 8 fev. 2004.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Politizar as novas tecnologias: o impacto sóciotécnico da informação digital e genética**. São Paulo: Editora 34, 2003. 320p.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**. A política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p.75.

SEABRA, Carlos. **Inclusão digital: algumas promessas e muitos desafios**. Centro de Inclusão Digital e Educação Comunitária. Disponível em: <<http://www.cidec.futuro.usp.br/artigos/artigo12.html>>. Acesso em: 28 jan. 2004.

SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 140.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão digital – a miséria na era da informação**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

SOCIEDADE DIGITAL (Socid). **Base de dados**. Disponível em: <<http://www.socid.org.br>>. Acesso em: 26 abr. 2004.

TAKAHASHI, Tadao (org.). **Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

_____. **Notas sobre a sociedade global da informação, as Nações Unidas e o Brasil**. (Subsídios para Referência). Ministério da Ciência e Tecnologia. SocInfo/DOC/006a. 2002.

_____. Entrevista sobre o Programa Sociedade da Informação. **SocInfo**. Brasília, 10 dez. 1999. Disponível em: <http://www.socinfo.org.br/noticias/not_entr.htm>. Acesso em: 10 fev. 2004.